



ATA da 36ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA

13 de fevereiro de 2014 – 9h

Auditório da UMAPAZ

PAUTA

Informes:

Expediente:

- I. Sugestões de inclusão de Pauta.

Ordem do dia:

- I.** Apreciação e Deliberação sobre Prorrogação contratual dos serviços de Manejo e Conservação do Parque do Ibirapuera (Processo: 2010-0.316.024-3)
- II.** Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Serviço de pavimentação do leito viário do Parque Anhanguera – Via Maria Trindade (Processo: 2013-0.322.197-3)
- III.** Contratação de projeto funcional, projeto básico e estudos ambientais, para implantação de sistema de Transporte Hidroviário Urbano no Município de São Paulo (Ofício DI/016/14 – SPTRANS).

Anexos:

Parecer do Processo: 2010-0.316.024-3

Parecer do Processo: 2013-0.322.197-3

Parecer do Ofício DI/016/14 – SPTRANS



Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bom dia, conselheiros e conselheiros. Tendo sido aberta a 36ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA, 13 de fevereiro de 2014, 9h02. Nós daremos início à pauta. Tem alguma sugestão para inclusão de pauta? Sem. Então passamos à ordem do dia. Rubens, com a palavra a ordem do dia do primeiro item.

Secretário Executivo Rubens Borges: Bom dia a todos. Antes de a gente entrar na pauta propriamente dita (falha no áudio) que na reunião do CADES do dia 11, foi deliberado pelo CADES as diretrizes para a utilização dos recursos do FEMA. Como anualmente a lei nos obriga. Então eu vou dar uma passada nas diretrizes que foram aprovadas pelo CADES. Isso é o que vai direcionar o exercício de 2014, na aplicação dos nossos recursos. Então a Resolução foi registrada como 156/CADES/2014. E os itens que foram contemplados nas diretrizes são: proteção à biodiversidade, fauna e flora; áreas verdes e parques urbanos, lineares e naturais; proteção aos recursos hídricos, melhoria da qualidade do ar, mudanças climáticas, ecoeconomia, expansão, manejo e conservação de áreas verdes, unidades de conservação e parques urbanos, lineares e naturais. Fortalecimento de sistema de fiscalização e controle da SVMA. Educação ambiental, cultura de paz e mediação de conflitos socioambientais. Apoio ao uso de energia renovável no sistema de transporte coletivo, edificações e demais sistemas urbanos. Apoio ao uso de modalidades não motorizadas de transporte. Apoio a política de implantação de ecopontos de reciclagem, reutilização e redução de resíduos sólidos na cidade de São Paulo. Apoio a estudos e intervenções de minimização de emissões de gases de efeito estufa na cidade de São Paulo. Apoio às políticas de incentivo a sistemas produtivos de menor impacto ambiental, apoio a políticas habitacionais necessárias a implantação de áreas verdes e proteção a áreas de relevância ambiental. Apoio ao uso de modalidade alternativo de transporte sustentável. Apoio a política de incentivo a serviços ambientais, incluindo estudos, inventários, diagnóstico e projetos de adequação ambiental de propriedades urbanas e rurais. Apoio a criação e implementação de reservas particulares de patrimônio natural, RPPNs. Apoio a implementação de sistemas de informações par ampliar a divulgação dos resultados da rede de monitoramento de precipitações meteorológicas, incluindo inventário e diagnósticos necessários. Apoio a estudos e projetos para subsidiar políticas públicas relacionadas ao adensamento construtivo, impermeabilização do solo e a consequente produção das ilhas de calor urbano no município de São Paulo. Então essas foram as diretrizes aprovadas para esse exercício. O que vai nos permitir apresentar os projetos ao longo do ano.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Rubens, desculpe. Na reunião teve uma inclusão ali, no fortalecimento no sistema de fiscalização e controle da SVMA e S...



Secretário Executivo Rubens Borges: SMSU – Secretaria Municipal de Segurança Urbana. A solicitação foi feita pela conselheira Ângela, do CADES, que é representante da Guarda Civil Metropolitana, Secretaria de Segurança Urbana. Ela pediu a inclusão porque eles têm a intenção, neste ano, de apresentar um projeto de fortalecimento da fiscalização da Guarda Ambiental. Então eles propuseram a inclusão da Secretaria de Segurança Urbana nesse item. Alguma pergunta com relação às diretrizes? Não. Então vamos passar para os pontos de pauta. Antes de iniciar os pontos de pauta, eu queria passar uma informação de que a Secretaria Municipal de Transportes, que ia apresentar novamente o projeto hidroviário, eles pediram que retirasse o projeto da pauta, para que eles possam acrescentar mais alguns dados técnicos, que eles tiveram recentemente, e além disso, por uma questão interna, administrativa, nossa, por conta da mudança e ficarmos sem sistema, nós não conseguimos atuar o processo. Então ele não está formalizado ainda. E por conta disso, a Secretaria de Transportes falou: já que não está formalizado ainda, então eu queria pedir para retirar, para que a gente possa acrescentar mais dados técnicos. E aí, na ocasião que for reapresentado, os técnicos da SPTrans estarão presentes, até para acrescentar esses dados ao que já foi apresentado anteriormente. Então restaram dois itens na pauta, que é apreciação e deliberação sobre a prorrogação contratual de serviços de manejo e conservação do Parque Ibirapuera. Processo: 2010-0.316.024-3. Proponente: SVMA/DEPAVE. Valor Total: R\$ 1.152.280,20. Análise da proposta - Trata a presente proposta de prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, do contrato de serviços manejo e manutenção e conservação do Parque do Ibirapuera, cujo objeto inclui serviços de limpeza externa e conservação de áreas verdes, a contar a partir de 01/03/2014, conforme solicitado em folha 964 do processo. Em folhas 950 do processo, a contratada se manifesta favorável à prorrogação do contrato, mantendo-se as demais condições contratuais. Em folha 957, foi juntada a manifestação de DEPAVE, com a concordância da prorrogação contratual, destacando ser vantajosa a prorrogação do contrato. A presente contratação tem destaque em sua relevância na manutenção da qualidade ambiental, considerando que os Parques Municipais são parte integrante das áreas verdes de proteção integral, nos termos do art. 132, inciso I do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. Análise econômica - Em folhas 953 a 956 encontra-se encartada o orçamento com data base de Fevereiro de 2013, que baseou o valor solicitado por DAF para a prorrogação, no montante de R\$ 1.152.280,20. Com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, juntado sob folhas 809 a 814, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA, na dotação de Realização de Ações Ambientais - despesas correntes, para a presente contratação. O enquadramento. Junta-se ao presente relatório, com manifestação da Procuradoria Geral do Município (PGM) da Secretaria de Negócios Jurídicos (SNJ), com parecer favorável à utilização dos



recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FEMA para “manutenção da qualidade ambiental e ao desenvolvimento sustentável”, uma vez que as áreas verdes são elementos integradores da urbanização do Município, e que os parques integram as áreas verdes de “Proteção Integral”. Com base no parecer da PGM, entende-se que a proposta ora apresentada se enquadra nas diretrizes estabelecidas pelo SISNAMA e pelo CADES, em especial quanto ao art. 57 da Lei nº 14.887 (de 15 de janeiro de 2009, que reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SVMA), que determina explicitamente que os recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinam-se precipuamente a apoiar, entre outros: “a manutenção, melhoria e/ou recuperação da qualidade ambiental”. Ainda, preconiza o parecer, que o próprio CADES no exercício das atribuições previstas no artigo 32 da Lei 14.887/2009 e artigos 6º e 35, inciso I do Decreto nº 52.153, estabeleceu, por meio da Resolução nº 156/CADES/2014, entre as diretrizes para utilização dos recursos do FEMA a: “Expansão, manejo e conservação de áreas verdes e unidades de conservação e Parques Urbanos, Lineares e Naturais”. Conclusão - Com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende às diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização dos recursos do FEMA, e entende com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município que é viável a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 1.152.280,20 respeitada a utilização de dotação própria atribuída à despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria dos Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 11 de fevereiro de 2013. Pergunto se tem alguma observação?

(fala sem microfone)

Secretário Executivo Rubens Borges: Ah, 2014.

Cons. Cristina: Esse valor é para dois meses? Eu imagino que daqui há dois meses, vai ser solicitado a aprovar uma renovação. Isso daqui, para um ano vai dar um valor de seis, oito milhões praticamente, se for mantido esse mesmo valor. Eu queria que você recuperasse a minha memória, Rubens, com relação ao valor total que nós temos para esse tipo aplicação, para este ano. Eu sei que vocês apresentaram os valores, mas eu não tenho anotados, nem de memória. Se a gente vai precisar daqui há dois meses, vamos imaginar que seja maior, porque agora a empresa aceitou o mesmo valor do ano passado, vamos imaginar que aceite o mesmo valor do ano passado de novo...

Secretário Executivo Rubens Borges: Na verdade, a gente tem na dotação para



ações ambientais, que é o que inclui o manejo dos parques, em torno de R\$ 52 milhões aprovados no orçamento. Então seria, não só para o Parque Ibirapuera, mas para aqueles outros parques que possivelmente voltarão assim que os contratos forem vencendo e sendo prorrogados. Nesse caso, a proposta é de renovação por 60 dias, está aqui no processo a manifestação, foi proposto pela secretaria a prorrogação por 90 dias, e a empresa concordou que fizesse por 60 dias. Então foi prorrogado por 60 dias, com a possibilidade de novas prorrogações, nos mesmos termos do contrato que já estava assinado. Mas para o restante do ano a gente tem esses R\$ 52 milhões que vai cobrir, possivelmente, os processos de manejo que serão apresentados aqui, no FEMA.

Secretário Adjunto Manoel Victor de Azevedo Neto: Apenas mais uma explicação porque por 90 dias e porque foi aceito por 60. Para que a gente não tenha solução de continuidade na manutenção dos parques. Está prevista, e por isso esse período curto de 90, ou 60 dias, que é aceito por algumas empresas, está prevista uma ata de registro de preços. Portanto, pode ser que esses preços se alterem, até fique mais econômico, vamos dizer assim, em termos de custo total de manutenção dos parques. Só que esta ata ainda não está aprovada. Está em tramitação, dentro do regime, vamos dizer assim, da própria secretaria e das instâncias legais. Então enquanto não se tem a disponibilidade dessa ata, nós precisamos manter os atuais contratos e por isso não está se prorrogando, está negociando com as empresas por um período relativamente curto. Então só para acrescentar um pouco mais essa explicação para a conselheira.

Cons. Cristina: Manoel, eu preciso trazer uma situação que foi colocada nas minhas associações, porque Ciranda congrega várias associações, com relação especificamente ao Ibirapuera e outra genérica. Esses contratos de manejo quando são feitos são pelo mesmo valor. No entanto, conforme a época do ano, a demanda de manejo varia. Isso é considerado na hora de fazer o contrato? Como isso funciona?

Jairo Galera: Diretor DAF. As medições são mensais, e quando você tem um período de seca, quando não corta grama, a medição, com certeza, é menor. Então paga-se menos, para apenas pelo que foi medido. Então há uma redução sensível em alguns contratos com relação a esse período de seca. No período que tem chuvas de mais, aí você é obrigado a pagar, talvez, até o valor fechado, porque aí você corta grama duas, três vezes no mês, dependendo (incompreensível). Então realmente há uma diferenciação mês a mês. É só por medição. A gente paga pelo que foi cortado, pelo limpo, pelo que foi medido.

Cons. Cristina: E no mês que não alcance o valor da medição cheia, o que acontece com esse recurso?



Jairo Galera: O recurso fica guardado, ele continua no empenho. Fim do contrato, o saldo de empenho é cancelado e volta para dotação.

Cons. Cristina: A outra questão relativa especificamente ao Ibirapuera, tem muitos moradores que frequentam o Ibirapuera, e uma das queixas, eu não sei se encaixam nessa questão do manejo e manutenção, é a sinalização do Parque Ibirapuera, muitas das pessoas já falaram com o Conselho Gestor do parque. Porque o parque é mal sinalizado, as pessoas aqui dentro se perdem. Não tem uma orientação clara. Isso não poderia estar dentro do recurso para manejo e manutenção?

Jairo Galera: Na realidade já foi autorizado, até pelo FEMA, pelos conselheiros, a utilização de recursos para confecção dessas placas. O processo está em andamento, está em levantamento de custos para a gente fazer a licitação e aquisição dessas placas de sinalização. Não só do parque, mas de todos os parques que a gente tem dificuldade.

Cons. Cristina: E isso sairia dessa verba?

Jairo Galera: Do recurso do FEMA.

Cons. Cristina: Mas não dessa verba especificamente?

Jairo Galera: Não, não. É recurso do FEMA, mas não do manejo.

Secretário Adjunto Manoel Victor de Azevedo Neto: É porque a contratação dessa parte de manejo, o objeto não inclui a parte de comunicação visual, vamos dizer assim, de dentro dos parques. O objeto não abraça essa condição. Mas o que o Jairo está falando é que já foi autorizado pelo FEMA é a sinalização externa dos parques também. Que é um grande problema também. Às vezes o pessoal reclama... Quer dizer, o Parque Ibirapuera é conhecido, mas quem é de fora... É, vários dos nossos parques, o próprio Parque do Cordeiro é um que, quem passa pelo lado de fora, não sabe que ali é parque. Pensa que é uma área privada, tal.

Cons. Cristina: Agora, essa verba saindo do FEMA, então vai passar por uma nova aprovação?

Secretário Adjunto Manoel Victor de Azevedo Neto: Ela já foi aprovada...

Cons. Cristina: Não, eu estou falando da sinalização interna.

Secretário Executivo Rubens Borges: Não passou por aqui. O que passou por aqui foi a sinalização externa de vários parques, acho que quase todos eles. A interna não. A interna não...



Secretário Adjunto Manoel Victor de Azevedo Neto: A comunicação visual, interna, ainda não passou pelo FEMA.

Cons. Cristina: Mas sendo verba do FEMA tem que passar?

Secretário Adjunto Manoel Victor de Azevedo Neto: Sim, sem dúvida.

Cons. Cristina: Eu estou fazendo essas perguntas a despeito das restrições que eu tenho com relação ao uso desse dinheiro.

Secretário Executivo Rubens Borges: Mais alguma dúvida?

Secretário Adjunto Manoel Victor de Azevedo Neto: Agora, em alguns casos, como é o caso do Parque do Carmo, como há um convênio, um acordo de cooperação com o Banco Itaú, lá no caso específico, lá estão sendo feitas, por força desse convênio, a manutenção e a readequação dos oito banheiros que lá existem, adequação inclusive de acessibilidade, a comunicação visual interna e os bebedouros. Então, nesse acordo específico com o Banco Itaú, por volta de 1,5 milhão, me parece, está composta a parte de comunicação visual, interna.

Secretário Executivo Rubens Borges: Só lembrando, Cristina, que essa prorrogação por 60 dias, se daqui há 60 dias a ata de registro de preço, o processo não tiver concluído ainda, então possivelmente esse processo voltará ao CONFEMA para possível autorização de uma nova prorrogação. Me perguntaram até se não poderia aprovar um valor maior, já prevendo novas prorrogações. Na verdade, como a gente não tem certeza que vai prorrogar ou não, por conta da ata de RP, então fica difícil a gente aprovar um valor maior e para um processo que teoricamente estaria extinto. Então não dá para a gente aprovar um valor maior. Por isso que está que cada dois meses volta à plenária.

Cons. Cristina: Minha preocupação não era sobre essa renovação, é saber que folego a gente tem com a verba que já está destinada para isso, a pagar R\$ 550 mil por mês para manutenção de um parque ao longo do ano.

Secretário Executivo Rubens Borges: Vamos à votação. Os conselheiros que são favoráveis à aprovação da proposta da prorrogação contratual de serviços de manejo e conservação do Parque Ibirapuera por mais 60 dias, permaneçam como estão. Então está aprovado por três votos a um. Vamos para o segundo ponto de pauta, que é apreciação e deliberação sobre contratação de serviços de pavimentação do viário do Parque Anhanguera – Via Maria Trindade. Processo: 2013-0.322.197-3. Proponente: SVMA/DEPAVE. Valor Total: R\$ 2.109.355,52. Análise da proposta - Trata a presente proposta de contratação de serviço



pavimentação do leito viário do Parque Anhanguera – Via Maria Trindade, conforme memorial descritivo constante de folhas 107 a 112. Ressalta-se que o Memorial Descritivo destaca que o serviço é fundamental para acessibilidade e locomoção ao Centro de Reabilitação de Animais Silvestres, localizado no interior do Parque Anhanguera. Os serviços estão sendo realizados por Ata de Registro de Preços, conforme Contrato nº 40/SVMA/2013, juntado sob fls. 223 a 236, firmado em 08/11/2013. O prazo de execução da obra é de 120 (cento e vinte dias) a partir da Ordem de Início, expedida em 11/11/2013. Análise econômica e orçamentária da proposta - O valor total da obra de pavimentação do leito viário do Parque Anhanguera – Via Maria Trindade é de R\$ 2.138.246,37. Conforme informação de folha 241, houve o apontamento de R\$ 28.890,85, a ser liquidado com recursos da dotação de Reforma e Adequação de Parques e Unidades de Conservação da SVMA. O valor restante a ser liquidado, no montante de R\$ 2.109.355,52, está sendo solicitado ao Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FEMA, tendo em vista a informação de DAF-1 (fl. 250), de que não há recursos disponíveis na dotação da unidade 27.10 (SVMA). Em folha 247, DAF juntou cópia do Quadro de Detalhamento de Despesas onde consta saldo da dotação de R\$ 1.000,00 (Um mil reais) disponível. Enquadramento nas diretrizes - A proposta ora apresentada se enquadra nas diretrizes estabelecidas pelo SISNAMA e pelo CADES, em especial quanto ao art. 57 da Lei nº 14.887 (de 15 de janeiro de 2009 que reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SVMA), que determina explicitamente que os recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinam-se precipuamente a apoiar Planos, Programas e Projetos que visem, entre outros: “a manutenção, melhoria e/ou recuperação da qualidade ambiental”. Ainda conforme Resolução nº 156/CADES/2014, o CADES no exercício das atribuições previstas no artigo 32 da Lei 14.887/2009, estabeleceu entre as diretrizes para utilização dos recursos do FEMA: “Expansão, manejo e conservação de áreas verdes e unidades de conservação e Parques Urbanos, Lineares e Naturais”. Conclusão - Com base no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende às diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014 aprovadas pelo CADES e não identifica óbice na utilização do recurso do FEMA para custeio do contrato em vigência. São Paulo, 11 de fevereiro de 2014. Assina a Comissão Técnica de Avaliação.

Cons. Cristina: Essa questão de pavimentação, eu imagino que tenha sido feito uma análise técnica com relação a perda de permeabilidade. Talvez devesse colocar na entrada, Manoel, mas a gente está com um preocupação específica, inclusive no Plano Diretor com relação a impermeabilização da cidade. Então isso daqui vai pavimentar uma área dentro de um parque, preocupa igualmente. Eu queria lembrar aqui no CADES, que este documento, esse trabalho que foi feito, está aqui, a



gente colocou isso no CADES com relação a esse problema de permeabilidade, isso entra em um das diretrizes, que é aquela coisa de enchentes, apoio a projetos de contenção de enchentes, tal. Então eu queria só reativar isso aqui dentro da Secretaria. Vocês têm esse documento aqui. Isso aqui fundamenta a minha pergunta, se foi feito um estudo do impacto da perda de permeabilidade com relação a essa pavimentação?

Secretário Executivo Rubens Borges: Inclusive a gente conversou a respeito disso ainda ontem, sobre o assunto. O Persoli está chegando, eu sei que a gente pegou ele meio de surpresa, porque ele está acabando de entrar. Eu vou pedir até que ele responda, porque ele tem um conhecimento mais técnico, inclusive do parque, do que nós aqui, no conselho. Milton, o questionamento da conselheira Cristina é com relação à pavimentação da Via Maria Trindade dentro do Parque Ibirapuera, se ela não causa uma impermeabilização dentro do parque...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Parque Anhanguera.

Secretário Executivo Rubens Borges: Se houve algum estudo em relação a isso?

Milton Persoli: Bom dia a todos. Me desculpem o atraso. Eu fui para o prédio anterior. Na verdade assim, Cristina, o acesso ao Anhanguera é um acesso bastante primário. Não é um acesso que a gente possa utilizar. O Anhanguera, nesse espaço que está sendo pavimentado, está o CRAS e a escola de marcenaria. São duas edificações que a Secretaria tem como meta, e já está em fase de implantação a sua transferência. O DEPAVE 3, que hoje é aqui no Ibirapuera, ele vai se transferir para lá, que é o centro de referência dos animais Silvestres, o CRAS. Então todo o DEPAVE 3, que está aqui, ele vai ser transferido para lá. A escola de marcenaria, nós temos algumas opções de utilização. Hoje, ela está vazia, mas tem duas ou três opções de destinação. A mais próxima que está se realizando, está se concretizando, é um centro de formação e aperfeiçoamento, junto com a UMAPAZ, da Guarda Civil Metropolitana Ambiental. Então lá nós vamos ter um polo de educação ambiental, nós vamos ter esse centro de formação e aperfeiçoamento da própria Guarda Civil Ambiental. Então essas duas áreas vão a partir de gora, do segundo semestre e a partir de 2015, ter um acesso e um fluxo de entrada e saída de carros bastante acentuado. Porque nós vamos ter todos esses animais que estão aqui, todos os fluxos de animais que estão hoje aqui, que entram e saem, toda essa dinâmica, essa rotina diária que temos hoje no DEPAVE 3 vai ser transferida para lá. Todo o abastecimento dos animais, isso não é feito só com camionete 4X4, tem algum tipo de alimento que não vem acondicionado em camionete. Vem acondicionado em caminhões e com porte razoável. Nós vamos ter que colocar caminhão para extrair esgoto, então mensalmente tem um caminhão destinado a limpar uma fossa,



limpar a fossa dos animais. Então esse tráfego hoje é zero, ele vai passar a receber um tráfego mais pesado. Então nós precisamos ter. e o pavimento que hoje está lá, não vai conseguir manter esse tráfego. O pavimento que está sendo destinado é um pavimento reciclável. A gente até pensou em colocar um bloquete, ou um pavimento um pouco mais drenante, mas até por conta desse tráfego pesado que vai passar a existir, nós vamos ter... por exemplo, caminhão-pipa para abastecer água, para lavar as jaulas, nós vamos receber um tráfego diferenciado do que é hoje. Então a opção de você colocar bloquete, a gente tem algumas experiências. Porque bloquete é em tráfego bastante leve, tráfego para pedestre, coisas menores. Não para esse fim. Então a opção foi utilizar a ata da usina lá, e eles trabalham com pavimento reciclável, produto de demolições. Então ecológico. Por isso que a gente fez essa opção. Tem um grau de permeabilização muito maior. É um asfalto mais permeável.

Cons. Cristina: Reciclado a partir de sobras de pneus.

Milton Persoli: Isso. Mas é mais de material de demolição.

Cons. Cristina: Entulho reciclável?

Milton Persoli: Entulho reciclável. A palavra é entulho, desculpa. Então a permeabilidade dele é bem maior. A trama dele é maior, ele consegue ser mais permeável do que o asfalto comum, bem mais. Então a opção foi essa. O bloquete que seria o mais indicado, ele não tem resistência suficiente para receber esse tráfego proposto. Esse tráfego vai começar a aumentar e vai chegar o seu momento de maior intensidade em março de 2015. Você trabalhar com bloquete é difícil ele solta, ele causa alguns problemas para tráfego maior.

Cons. Cristina: Para esse tráfego não seria adequado.

Milton Persoli: Não.

Cons. Cristina: Bom que seja um piso drenante, ecológico. Agora, o Parque Anhanguera, nós tivemos uma apresentação belíssima acho que há dois anos aqui no CONFEMA, de projetos lá, para o parque. E é um parque muito rustico. O que eu queria saber também: qual o impacto que essa via vai causar no resto do parque? Até pelo que você fala, terá tráfego de caminhão pesado, vai ter poluição, vai ter outros impactos ambientais que pode comprometer, eu imagino, não sou técnica nessa área, que podem comprometer essa rusticidade do parque.

Milton Persoli: Mas é um trecho muito pequeno. É só um acesso na verdade.

Cons. Cristina: Que extensão é?



Milton Persoli: Acho que são menos de 2 Km.

Cons. Cristina: Então está mais ou menos um milhão por Km.

Milton Persoli: Hoje já temos esse acesso interno. Então a gente vai pavimentar esse acesso. Esse tráfego intenso não é um volume alto, é que vai passar um caminhão a cada umas emana, camionetes a cada dois, três dias, para abastecer. Vai ter um tráfego de funcionários. Não é um tráfego intenso. Não é isso. Hoje é zero. Ele vai sofrer um acréscimo. Mas não é nada significativo. E ele também está deslocado. Nós comentamos da possibilidade de fotografarmos e trazer para vocês darem uma olhada. Porque na fotografia, você tem uma condição melhor de entendimento. Porque quando você fala "pavimentar uma pista", você pensa uma avenida no meio do parque. E o Parque Anhanguera é todo fechado, ele tem uma trama muito fechada. Parece uma floresta. Eu também pense nisso, em uma avenida. O raciocínio que as pessoas terão, eu comentei com o Rubens e o Manoel, exatamente esse. Se a gente tivesse um pouco de tempo para fotografarmos, mostrar a todos os conselheiros o que vai ser isso, a gente teria uma outra dimensão. A fotografia seria autoexplicativa. A gente tem muito cuidado, Cristina, com isso. Nós temos muito cuidado com isso, a secretaria é muito... Oi? Seis metros. A secretaria é muito cuidadosa, muito zelosa. Os técnicos são extremamente zelosos. A colocação desta estrada foi muito discutida internamente. Pode ter certeza de que qualquer atitude que se tenha internamente em relação a algum parque, alguma coisa, sofre um questionamento interno por parte dos nossos técnicos muito grande. Então existe um embate técnico muito grande para qualquer decisão que se venha tomar. Nós estamos cobertos com relação a isso, estamos bastante conscientes com relação ao que está sendo proposto. Não é uma inconsequência, não é nada que possa causar um problema posterior. Pelo menos, da nossa parte, a gente tem discutido bastante com esse corpo técnico. O corpo técnico também tem nos questionado bastante com relação a isso. Isso já era um projeto. O Parque Anhanguera já era um projeto. A gente, nada mais do que está efetivando e colocando em uso o parque. São duas instalações belíssimas e precisam ser efetivadas. Elas precisam ganhar exatamente o que foi proposto a elas. Ganhar uso. Não dá para você ter, hoje, o DEPAVE 3 aqui, em condição quase que precária, e você ter uma instalação daquela qualidade, não é essa qualidade, mas é bem próxima disso, e você não ter uso.

Cons. Cristina: Só queria amarrar o comentário, eu imagino, todo o conselho pensa exatamente nesse mesmo sentido. Eu falei com o Luiz antes, a gente não está contra o governo, a gente está aqui, ajudando para que as ações sejam coerentes e mostrando a reflexão da sociedade que, felizmente, está cada vez mais consciente também dessas questões ambientais.



Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Disso nós temos certeza absoluta.

Cons. Bianca: Eu só queria perguntar o que é bloquete? Eu não sei o que é bloquete.

Milton Persoli: Tem uma série de pisos que é feito de (incompreensível), são hexagonais, estacionamento de shoppings. Aqueles que chamam de piso intertravado, eles são colocados sobre uma base de areia e eles próprios se interligam e tem areia entre eles, são socados. Deve ter no piso aqui. O intertravado mais comum, antigo, é o paralelepípedo. Quer dizer, piso de paralelepípedo não é um bloquete, mas o bloquete imita o granito do paralelepípedo. São esses pisos. A grande vantagem desses pisos é exatamente a permeabilidade que eles proporcionam. Mas eles têm dificuldade de execução, porque exige uma mão-de-obra especializada e dificuldades, depois, de manutenção, em função do peso que vier a ser desenvolvido sobre eles.

Cons. Cristina: Na UMAPAZ, a gente tinha algumas áreas que eram com intertravado. Mas eu queria colocar uma questão, sem nenhuma referência técnica, se são dois mil metros de extensão por seis metros de largura, está saindo a um milhão por Km.

Secretário Adjunto Manoel Victor de Azevedo Neto: Eu não sei qual a extensão, mas o valor é o valor da ata de registro de preço de SIURB.

Cons. Cristina: Pois é, SIURB come a gente pelo pé.

Milton Persoli: É o valor da ata que está em vigência da prefeitura. É a ata de SIURB. A gente não pode nem por lei fazer acima do que já existe na ata.

Cons. Cristina: Não pode fazer abaixo?

Secretário Adjunto Manoel Victor de Azevedo Neto: Não, tem que usar o que está previsto, que está possível. É a ata que está aí para ser utilizada pela prefeitura como um todo.

Cons. Cristina: A gente tem discutido isso com alguns empreendedores, empreiteiras que tem contrato com a prefeitura. Eles falam isso: "se não precisasse seguir a ata de SIURB, eu fazia por metade do preço." Porque o custo é muito mais baixo mesmo. E a gente vai comer um milhão por Km de uma estrada de seis metros de largura. É muito caro. É muito caro.

Secretário Adjunto Manoel Victor de Azevedo Neto: Agora, na realidade, nesse tipo de trabalho, está todo um trabalho anterior de preparação da infraestrutura para receber o pavimento. Quer dizer, a estrada lá, ela tem uma série de problemas, é na terra total, totalmente



esburacada, desnivelada, tem pedra. Quer dizer, tem um serviço incluso aí, que não é só o acabamento final da pavimentação em si.

Secretário Executivo Rubens Borges: Eu lembro que todos os processos ficam à disposição. Até se você quiser dar uma olhadinha. O Persoli está dando uma olhada no memorial descritivo. A ata de registro de preço é um procedimento da administração, para poder facilitar as contratações. Ao invés de você ficar fazendo várias licitações, então a prefeitura faz uma licitação global, e as secretarias se utilizam dessa ata de registro de preço, para poder executar os serviços. Então para nós fica difícil interferir nesse preço, porque ela já foi uma licitação anterior. Então já aconteceu essa licitação. E a possibilidade de você fazer outras licitações, leva um tempo que às vezes inviabiliza o projeto. Então tem toda essa questão do tempo, você já ter uma licitação realizada, tal, para poder utilizar essa ata de registro.

Jairo Galera: A ata de registro de preço quando ela é elaborada e colocada no mercado, para você ter uma ideia de valores, eles consultam aquela tabela de EDIF/SIURB. Ali tem tudo que você faz em obras: manutenção, tirada de terra, remoção, ali tem tudo. Então quando foi montado a ata, provavelmente pegaram a tabela de EDIF ou SIURB, fizeram um custo inicial, e colocaram no processo. E o custo apresentado pela empresa, com certeza, é menor do que este apurado, porque SIURB é o limite. Então dentro da tabela de SIURB é limitado, aquele é o valor máximo que a empreiteira, ou empreendedor, seja lá quem for que vá participar. Então dentro daquele valor máximo, ele teve a redução, e foi aceito o preço dele, registrado, onde ele não pode mexer nisso por 12 meses.

Cons. Cristina: Quanto? 1.600 metros. Um quilômetro e pouco por dois milhões. Essa questão do preço máximo na verdade é uma festa para a empreiteira. Porque você coloca um preço máximo, alto, ela coloca R\$ 100 mil abaixo e passa. A gente sabe disso, em concorrência é assim, qualquer licitação é assim. Mas tudo bem, a gente tem uma esperança que algum dia alguma administração questione esse procedimento. Porque a SIURB historicamente tem uma tabela alta demais, para tudo, pata todos os serviços, não é só para pavimentação. Até o custo de uma árvore, se eu for comprar uma árvore, porque eu tenho que fazer um TCA, o valor atribuído aqui é alto demais.

Secretário Executivo Rubens Borges: Mais alguma dúvida? Vamos a votação então? Então os conselheiros que são favoráveis à aprovação da proposta do serviço de pavimentação do leito viário do Parque Anhanguera – Via Maria Trindade, permaneçam como estão. Então está aprovado por unanimidade. A nossa pauta ficou reduzida. Então a gente conclui a pauta. Passo a palavra ao Damasceno para o encerramento.



Cons. Cristina: Eu queria fazer um comentário sobre a reunião da terça-feira, Luis. Você já tinha feito esse comentário na reunião anterior do CADES, não cabia naquele momento questionar. Você argumenta que não dá para fazer mais editais porque a secretaria não tem estrutura técnica para acompanhar mais projetos do que este. Como é feito o acompanhamento desses processos todos, que dão entrada pela secretaria, são cento e cinquenta e tantos, você falou, a gente fez a conta. É 1% em valor, os de editais. Quer dizer, é uma grandeza para fazer esse acompanhamento. Imagino que você também precise de uma equipe técnica para acompanhar esses daí. E nesse caso, o que a gente está colocando procede, por que não equilibrar, faz metade do valor para órgãos públicos e metade para editais.

Secretário Executivo Rubens Borges: Só para esclarecer. O acompanhamento dos projetos que são apresentados pela sociedade civil, ele é um acompanhamento pela tipicidade de processo. Por exemplo, um projeto de educação ambiental, a gente destaca dois ou três técnicos, de preferência da área da educação ambiental, para acompanhar o desenvolvimento daquele projeto. Nesse caso aqui, que são serviços públicos ou outras propostas de caráter público, a própria administração faz o acompanhamento da execução da obra ou do serviço que está sendo contratado, através dos fiscais da própria prefeitura. Então tem um engenheiro que vai lá, que atesta o serviço, antes de fazer o pagamento desse serviço, o engenheiro vai, fiscaliza, atesta o serviço, e só depois disso o pagamento é feito. No caso dos convênios com as instituições da sociedade civil, nós não temos um engenheiro ou um técnico que acompanhe o processo. Então a gente cria as comissões de acompanhamento. No caso desses processos, a própria estrutura da secretaria, ou de outras secretarias, como no caso, por exemplo, questão do tróibus, que a gente aprovou. Então nós não temos técnicos para ir lá e avaliar se aquele serviço foi feito dentro das normas, das regras exigidas pela legislação. Mas os técnicos da SPTrans fazem esse acompanhamento, porque eles têm que atestar o recebimento do serviço. Então a gente entende que este técnico faz o trabalho da comissão técnica de avaliação. Agora, para os projetos da sociedade civil, se a gente tiver um número muito grande de projetos, a gente não tem corpo técnico para acompanhar. Porque eu não tenho o número de técnico suficiente para montar várias comissões e acompanhar muitos projetos simultaneamente. Então é essa a diferença entre os projetos apresentados pela administração e dos editais.

Cons. Cristina: Pelo que você apresentou, nós temos somente dois projetos aprovados no edital nove.

Secretário Executivo Rubens Borges: Não, dois que foram aprovados em 2013. O edital 9 foram sete projetos que foram assinados, 7 em



andamento. Nós temos ainda um do edital 7 que também está em andamento. Um do edital 6 que também estão finalizando. E a gente está lançando o edital 10, que foi aprovado agora no final do ano, por este conselho, e que a gente vai abrir um novo prazo para entrega desses projetos. E já estamos trabalhando junto com a UMAPAZ no edital número 11, que possivelmente, se aprovado ainda este ano, se aprovar esse ano, o ano que vem a gente vai ter um número maior de convênio.

Cons. Cristina: Essa limitação, essa restrição não tem nada a ver com o número de projetos aprovados. Os projetos que são viáveis são aprovados.

Secretário Executivo Rubens Borges: Todos que são viáveis são aprovados.

Cons. Cristina: Na verdade, não tem uma relação assim biunívoca, nós podemos aguentar tantos projetos, então só vamos aprovar tantos projetos?

Secretário Executivo Rubens Borges: Não, não. Tanto que assim, no edital 7, nós tivemos mais de 60 projeto aprovados e acompanhamos todos eles. E agora, para os outros editais, como são mais específicos, como o de agricultura, ou de resíduos sólidos, então n´s tivemos um número menor também de propostas apresentadas. Então deu uma caída no número de projetos. Mas retornando para educação ambiental, eu acredito que a gente tenha um incremento nos convênios firmados com a sociedade civil.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: E lembrando, Cristina, também, têm muitos processos, muitos convênios, que na hora de serem assinados, a documentação não passa, não está em dia. Então dá a impressão que não foi atendido. Não é, é porque ele não preenche os requisitos técnicos para que dê continuidade.

Cons. Cristina: Eu quero então colocar, na sequência dessa questão de fiscalização, uma das diretrizes que foram aprovadas na terça-feira, fortalecimento da fiscalização e controle da Secretaria e da SMSU, Secretaria Municipal de Segurança Urbana. Nós temos relatos de problemas de fiscalização ambiental, não necessariamente com relação à atividades ilícitas. Mas, por exemplo, com relação ao cumprimento de TCAs aqui da Secretaria, eu não sei se... porque é recente, eu não sei se com relação a todos esses processos que nós aprovamos o ano passado. Certo? Então, você fala, por exemplo, a SIURB teria acompanhado um projeto dentro do Parque do Cordeiro, e que não cumpriu com o rito de fiscalização que profissionalmente, fora da administração pública, a gente é obrigada a verificar. Então eu estou colocando isso porque esse item



“fortalecimento da fiscalização” passa por um controle da secretaria em cima da SIURB. A secretaria teria que fiscalizar SIURB para ver se a SIURB está fazendo o serviço direito. E não está. E a gente tem relatos, relatório que a gente trouxe com relação a isso. Inclusive, especificamente, estou sempre falando do Parque do Cordeiro, porque a gente vive diariamente, com relação a mudança de escopo. A informação que eu tenho é que você não pode mudar escopo de projeto aprovado. Então a preocupação é como vai ser feito esse fortalecimento? Porque isso não exige a Secretaria do Meio Ambiente de fiscalizar suas secretarias irmãs. Quer dizer, tem que haver isso. Isso volta à minha pergunta original, então não dá para simplesmente aprovar tudo isso e deixar por conta de outra secretaria ou de outro corpo técnico, e a Secretaria do Meio Ambiente imaginar que a medição está sendo feita direito.

Secretário Executivo Rubens Borges: A gente pode estudar um mecanismo de acompanhamento.

Cons. Cristina: Tem que ter um mecanismo de acompanhamento mais próximo em cima disso.

Secretário Adjunto Manoel Victor de Azevedo Neto: Nesse caso específico que a conselheira está relatando, se tem alguma formalização de acompanhamento de vocês, passe oficialmente para nós, para que a gente possa cobrar devidamente da SIURB, ou de quem quer que seja.

Cons. Cristina: Nós temos o relatório todo. Já foi apresentado nas reuniões técnicas. Eu posso trazer novamente.

Secretário Adjunto Manoel Victor de Azevedo Neto: Não apresentado. Quer dizer, formaliza. Se já foi entregue, a gente vai dar uma resposta.

Cons. Cristina: Foi. Tudo bem. Eu acho que você tem, não é, Persoli? Aquele relatório de acompanhamento da obra do setor oeste?

Milton Persoli: Tenho.

Secretário Adjunto Manoel Victor de Azevedo Neto: Só queria dar mais uma informação, sobre a questão do custo. Eu estava vendo os 1,060 Km por seis de largura, vai dar trezentos e trinta e um reais o metro quadrado, desse pavimento. Só para ter uma ideia do custo.

Se eu puder fazer mais uma colocação. Na reunião do CADES, eu também falei da questão da AMLURB. A gente tem aqui nos itens aprovados: apoio à implantação de ecopontos. Eu questionei na própria reunião que AMLURB tem um formato de gestão dos ecopontos absolutamente irracional. E agora com a lei aprovada, lei de gestão dos resíduos sólidos,



absolutamente incompatível. Então assim, como desejo, seria muito importante que esta secretaria se envolvesse, muito mais do que só apoio, a implantação de ecoponto, com relação a adequação dos procedimentos nos ecopontos, para que se encaixem na legislação. Mas que isso não espere, por exemplo, a representante da AMLURB falou que eles estão fazendo estudos para isso. Enquanto isso a gente está jogando sofá, armário, geladeira, coisas perfeitamente utilizáveis, está jogando no lixo. E isso já é irregular. É porque existe um contrato de gestão que foi feito entre a AMLURB e as concessionárias absolutamente, desculpa a palavra, estúpido. Um contrato estúpido. Nós estamos gastando dinheiro, agravando a situação dos ecopontos, dos aterros. Então a gente está dando um tiro no pé, porque agora vamos ter que recuperar tudo isso no momento de aplicar a lei de resíduos. E a não aplicação correta da lei de resíduos complica inclusive a possibilidade de recursos para a prefeitura. Recursos que entidades internacionais poderiam dar em apoio à aplicação de medidas ambientais, não vem porque a gente está fazendo tudo errado. Então são incongruências dentro da administração municipal. Não adianta ficar esperando alguns meses, como ela falou, até que saia esse documento e enquanto isso deixar de fazer um aditamento que permita, por exemplo, que esses produtos não sejam jogados no aterro. Então eu estou fazendo aqui, uma solicitação, que a secretaria se envolva diretamente com isso. Mas não na dependência nas decisões da AMLURB. A AMLURB é paquidérmica. A prefeitura toda é em certa medida, mas a AMLURB é paquidérmica. Ele estão todo dia aprendendo o que vão fazer no dia seguinte. Enquanto isso a gente está agravando a situação dos aterros e desmoralizando o equipamento ecoponto, que podia ser muito mais bem utilizado. Então não é propriamente um problema da implantação de ecopontos, se é para implantar mais ecopontos com esse mesmo procedimento, estamos jogando dinheiro no lixo.

Secretário Adjunto Manoel Victor de Azevedo Neto: Não, com certeza, nós vamos acompanhar. (incompreensível) apoio, apoio no sentido amplo, é também diálogo com a AMLURB para que esteja sendo cumprida toda questão de legislação e de política ambiental dentro do município.

Cons. Bianca: Eu queria saber como está a construção do plano de aplicações do FEMA para esse ano. Porque a gente tem a LOA e dentro do plano de aplicações, a gente tem também um recurso que a gente vai utilizar para aquela dotação, para ser gasto aquele dinheiro. Eu queria saber essas relações. Eu estou aguardando o plano de aplicações.

Secretário Executivo Rubens Borges: Na verdade ainda não elaboramos o plano de aplicações, não deu tempo ainda de a gente elaborar. Mas a gente não pode fugir muito do que está aprovado na lei do orçamento. Então, na verdade, o que a gente publica como plano de



aplicações é uma reprodução do orçamento, que a gente tem que cumprir, está na legislação que temos que publicar. Mas é uma reprodução do orçamento. O que nós poderíamos ter é um maior detalhamento do que seria, dentro dessas dotações, do que seria aplicado. Porém, como vocês sabem, o FEMA trabalha sob demanda. Então à medida que os processos vão chegando, a gente vai analisando e submetendo ao conselho. Então eu não tenho uma previsão de tudo que vai ocorrer ao longo do ano. Então a gente vai publicar o plano de aplicação, mas com base, basicamente, na lei de orçamento. Não vai ser muito diferente disso.

Cons. Bianca: É que a única diferença, no plano de aplicação, a gente tem, inclusive, da onde vai sair o recurso que vai ser utilizado. É esse dado que estou interessada.

Secretário Executivo Rubens Borges: Isso a gente está vendo junto com a equipe de DAF, Departamento Administrativo Financeiro, a Laressa que acompanha a arrecadação também, então agt vai fazer essa relação da entrada de recursos e a saída de recursos. Assim que a gente tiver pronto, a gente publica isso, mas passa para vocês antes.

Cons. Bianca: Está bom. Obrigada.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Dando continuidade, tem alguma sugestão de pauta para a próxima reunião, algum conselheiro? Então passarei a palavra ao secretário para encerramento.

Secretário Adjunto Manoel Victor de Azevedo Neto: Bom, agradecendo mais uma vez a presença dos conselheiros. Hoje, dia 13 de fevereiro de 2014. Dou por encerrada a 36ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA. Desejando um bom dia a todos.

RICARDO TEIXEIRA

Presidente do Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CONFEMA

Conselheiros Presentes:

Aline Simoncelli Martins

Bianca Rolim de Almeida Rocha

Maria Cristina Almeida Antunes

Maria José de Andrade Filha

Sophia Bujnick Neves Picarelli



Prefeitura do Município de São Paulo
Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
Conselho do Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



LUIS EDUARDO PERES DAMASCENO

Coordenador Geral do CONFEMA

RUBENS BORGES

Secretário Executivo